

VIOLÊNCIA NO SUL DO PARÁ: SOCIEDADE E MUDANÇAS NO USO DA TERRA (1910-1960)

Vania Vaz ¹

A partir do final século XIX e início do século XX, grupos iniciaram a ocupação do sul do Estado do Pará, provocando disputas por terras e poder. Indígenas Carajás e Caiapós, religiosos dominicanos, sertanejos e fazendeiros estiveram envolvidos em diversos contextos violentos.

Os sertanejos, pioneiros na produção de bovinos em pastagens comunais nesta área, chocaram-se com os novos fazendeiros vindos do “Sul” e principalmente, com a prática até então incomum: a delimitação física das propriedades, as cercas. As diferentes concepções no manejo do gado aliadas às novidades que surgiam nesta região: como estradas, motosserras, veículos motorizados, raças bovinas puras, entre outras, se traduziram em diferentes episódios cuja marca comum foi a violência.

A partir da pesquisa de doutorado realizada entre 2008-2012, ao estudar as dinâmicas de ocupação territorial que ocorreram em alguns municípios do sul do estado do Pará: Conceição do Araguaia, Redenção, Cumaru do Norte, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, foi possível refletir sobre a heterogeneidade dos indivíduos e principalmente suas trajetórias.

As formas de dominação e imposição da cultura por meio da catequese, as desavenças por crenças religiosas, o uso indevido das áreas de pastagens comunais, o abuso em transações comerciais e, principalmente, a exploração predatória dos recursos da floresta, desencadearam numerosos e diferentes conflitos. A violência contra o outro e a violência contra o meio: modificações, intervenções, destruições.

O primeiro grupo que ocupou parte do sul do Estado do Pará, foram os de sertanejos. Oriundos em grande parte do Estado do Maranhão, seguiram até o Norte de Goiás, para enfim, uma pequena parcela alcançar a margem paraense do rio Araguaia, nos anos finais do século XIX, até então território indígena Caiapó. Essa região ainda em consolidação também abrigava

¹ Mestre em História Social (PUC-SP)/ Doutora em Política e Gestão Ambiental (CDS/UnB)

em menor proporção outros pequenos grupos: ribeirinhos, extrativista, pequenos mineradores. As características de ocupação da terra, nas primeiras décadas do século XX, pelo grupo de sertanejos de origem pastoril, consolidou uma pecuária simples e tradicional, incentivada por alguns dos surtos de exploração da borracha.

Outro grupo que influenciou as dinâmicas territoriais da região, foram os “pioneiros” do Centro-sul brasileiro, os quais titularam enormes áreas em território sul paraense, nos anos finais da década de 1950. As movimentações políticas e econômicas, que ocorreram no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, as quais de maneira direta, influenciaram a frente “pioneira”. Foram rápidas as mudanças que ocorreram a partir deste período, as áreas comuns de pastagens foram incorporadas a estabelecimento rurais privados, pois proprietários praticavam o manejo do gado nos moldes culturais do centro sul brasileiro.

E a partir de 1960/1970 foram as grandes companhias de terra e empresas agropecuárias que também se estabeleceram na região. Sendo que este último modelo de ocupação, foi uma escolha do Estado brasileiro. As empresas agropecuárias foram incentivadas por meio de fomentos e administradas por empresas de diferentes setores da economia nacional. Foi o processo de ocupação da amazônia por grandes empresas do Centro sul brasileiro, com vantajosos incentivos fiscais, aceitaram o convite do governo federal para levar o “progresso” e o “desenvolvimento” para a Amazônia.

Desta forma, o trabalho do antropólogo Carlos Antonio de Moreira Neto: “A Cultura Pastoril do Pau d’Arco”, realizado nos anos finais de década de 1950, proporcionou reflexões sobre o cotidiano e principalmente sobre a cultura do trabalho na pecuária rústica no sul do Pará.

A discussão sobre frente pioneira ou de expansão na Amazônia Brasileira pode ser abordada por diferentes prismas e épocas. Cada região deste bioma apresenta parte da história dos diferentes processos de ocupação, muitos ainda na época colonial. Assim, tornou-se desafiador conectar as características culturais e sociais ligadas ao uso da terra, violência e pecuária, características marcantes dessa região de estudo ainda nos dias atuais.

Os religiosos que se estabeleceram no sul do Pará, pertenciam à ordem religiosa francesa dos Dominicanos de Toulouse e só chegaram ao Brasil no último quarto do século XIX. Vieram com um contingente reduzido, determinados na fundação de missão religiosa. Instalaram-se na

Província de Goiás, área central do Brasil ainda muito remota, mas apresentava as maiores possibilidades de contatos com populações indígenas.

A sede da Ordem dos Dominicanos² de Toulouse tinha fortes motivos para tentar encontrar um novo espaço com comunidades pagãs para transmitirem seus ensinamentos religiosos, pois há vários anos os Dominicanos da Ordem de Paris e demais Ordens do interior da França, como de Lyon, já desenvolviam missões na África e na América central, a exemplo das Antilhas (AUDRIN, 1946).

Iniciaram suas missões no Brasil por volta de 1881, em Uberaba- MG. Gradativamente, alguns missionários foram avançando e fundando conventos na cidade de Goiás -GO, em 1883 e em Porto Nacional-GO³ em 1886. Ainda no ano de 1886, prosseguindo sucessivamente rumo ao norte do país em busca de tribos indígenas suscetíveis ao processo dos ensinamentos religiosos. Chegaram à margem paraense do rio Araguaia e após os primeiros contatos com a tribo Caiapó, passaram a trabalhar de forma árdua para ali fundarem uma missão de catequese.

A partir de uma pesquisa realizada na sede desta ordem no “Convent des Dominicains⁴” em Toulouse - FR, em 2010. Sugiram diferentes perspectivas de reflexões sobre fatos que acompanharam a instalação da missão, além é claro, das relações sociais, econômicas e religiosas com a população sertaneja local. Principalmente porque esses religiosos entraram em conflitos com o grupo de sertanejos, o qual não aceitava as imposições da Igreja.

A dissertação de mestrado de Edivaldo A. dos Santos (1996), na qual estudou significado das missões apostólicas dos dominicanos no amplo território do norte goiano e sua expansão até o sul do estado do Pará, proporcionou outras reflexões sobre esta missão catequética curiosamente tardia em território amazônico. Outras fontes foram parte obras produzidas por missionários, Padre Marie H. Tapie (1926) e Frei José M. Audrin (1946).

Estas obras apresentam relatos de viagem e de experiências cotidianas dos missionários, onde pontuam com maior espontaneidade a relevância das pregações, juntos os habitantes não indígenas, agregando também relatos aparentemente triviais do cotidiano do grupo de sertanejos, proporcionando o registro de informações, inclusive do papel da pecuária nesta

² A ordem religiosa dos Dominicanos surgiu em 1216, quando o religioso Domingos de Gusmão obteve do Papa Honório III a confirmação definitiva para iniciar seus trabalhos. A grande vocação desta ordem estava focada no trabalho de evangelizar povos pagãos, em especial os cumanos, das regiões balcânicas, exatamente na época de sua fundação (SANTOS, 1996).

³ Atualmente a cidade pertence ao Estado do Tocantins.

⁴ <<http://dominicains.com/freres>>. 1 Impasse Henri Dominique Lacordaire, Code 31400 Toulouse –França.

região.

A ocupação do sul do Pará pelos sertanejos de origem nordestina, previamente estabelecidos no norte de Goiás, foi motivada por dois fatores interligados: a pouca disponibilidade de terras férteis livres; e os intensos conflitos entre coronéis (CORMINEIRO, 2009).

Ao buscarem novas áreas de pastagens naturais, seguiram em direção ao estado do Pará, onde se depararam com diferentes desafios: clima, vegetação, além da estreita e delicada proximidade com os missionários dominicanos e indígenas.

Gradualmente, as áreas ocupadas pelos indígenas foram convertidas em pastagens, e as áreas já destinadas à agricultura indígena, geralmente em áreas de matas ciliares, foram bruscamente ampliadas para também alimentar o novo grupo. Tal aproximação não deixou que alguns indígenas escapassem de aliciamentos para o trabalho pastoril, entretanto, foram atraídos para se dedicarem às obras dos missionários dominicanos (MOREIRA NETO, 1960).

As famílias sertanejas trouxeram para a Amazônia brasileira toda a experiência da cultura sertaneja pastoril. Mas eram praticamente inflexíveis quanto ao apreço pelo isolamento e pela total aversão às normas jurídicas e religiosas.

Ao adentrarem o estado do Pará ficaram distantes dos grandes núcleos populacionais e das rotas comerciais. Mas, desenvolveram com êxito a ampliação dos rebanhos bovinos, principalmente devido às circunstâncias naturais, pastagem e água em todas as estações do ano.

A dedicação à atividade pastoril, proporcionou o fortalecimento da atividade com a dinamização do comércio de carne, nos dois ciclos de desenvolvimento da borracha em território paraense, devido a movimentação de muitas tropas de seringueiros.

Até então, o desafio de conquistar a floresta não era necessário frente à abundância dos campos de pastagens naturais. Os sertanejos praticamente não a exploraram antes da abertura de alguns caminhos traçados pelos exploradores do caucho ou pelos indígenas (Silva, 1936).

A ampliação dos rebanhos e conseqüentemente das transações comerciais à época da exploração da borracha, proporcionou que a população sertaneja conhecesse e usufrísse do luxo, da riqueza e principalmente do rápido poder econômico. Porém, algumas mudanças na dinâmica do comércio mundial da goma elástica mudaram o rumo deste rápido crescimento.

A borracha amazônica, que depois de 1910 passou a ser excluída dos mercados internacionais pela concorrência do Oriente (PRADO JÚNIOR, 2004), trouxe grave alteração

no quadro econômico paraense; tanto no setor privado, com a falência de muitas casas de comércio; como estatal, diminuindo drasticamente os serviços e a ajuda do poder público.

Entretanto, após a passagem do primeiro período áureo da goma elástica, eram esses os elementos e indivíduos que recompunham novamente esse território:

Conceição terá umas mil almas, afora os criadores de gado dispersos nos campos do exterior. (...) Hoje cessam as penetrações nas florestas, que se repetiam ao tempo do alto preço da borracha, no princípio do século. Os sertanejos, que então afluíam do Ceará, do Maranhão e de outros estados do norte, retrocederam aos lares, desanimados pelo colapso na formidável orgia do ouro, desarvorados pelas febres intermitentes. E os núcleos dos arranchamentos, ou os barracões dos seringueiros despovoaram-se, abandonados nas ínvias distâncias. Os gentios desbordaram novamente das furnas impenetráveis das serras, para onde se refugiavam tangidos pela crueldade dos invasores. Por isso, a gleba enorme tende a voltar ao primitivo despovoamento cristão (...) (SILVA, 1936: 218).

De certa forma, o primeiro ciclo de extração de goma elástica garantiu influenciou a fixação da população sertaneja de perfil pastoril nesta área. Além de vislumbrarem outras perspectivas de comercialização mais intensa, tiveram a possibilidade de avançarem ainda mais, desbravando gradativamente novas áreas. E o rápido ciclo de exploração da borracha, na década de 1940, teve consequências ainda mais marcantes.

Este curto período foi expressivo para o crescimento do povoado às primeiras preocupações e percepções dos sertanejos, frente ao interesse pela posse ou domínio de seus sítios e fazendas. Foi a partir deste momento que valorizaram possibilidade de aquisição de documento, por mais simples que fosse, para a garantia de manutenção das áreas, tal como ocorreu com muitos explorados de caucho, principalmente aqueles que estavam mais bem situados.

Não bastava apenas possuir boas terras, essas deveriam ser localizadas próximas aos caminhos que levassem à sede do núcleo. “A terra adquiriu novo significado social” (IANNI, 1978: 39).

Ianni (1978) aponta que a decadência do monoextrativismo da borracha foi responsável pelo campesinato característico de algumas regiões da Amazônia; isso também ocorreu na área de Conceição do Araguaia, geralmente incorporando grande parte do migrante temporário, que não teve condições de voltar para sua terra de origem.

No momento de decréscimo populacional e econômico a região voltou-se para alguns princípios básicos de sua existência, o primeiro deles foi cultivar e criar animais para o próprio

sustento e trocar o excedente quando possível, contudo os rebanhos ampliaram-se novamente devido ao fluxo mínimo de vendas, e gradativamente a região vai preparar-se para um novo contexto, e passará por um intenso processo especulatório de suas terras, com uma nova frente pioneira a partir da década de 1960.

Em 1940 a população pecuária era bem maior que em 1920. O gado suíno aumentou em 1.118 cabeças, em 1920, para 4.353, em 1940. E o bovino aumentou de 14.131 para 21.503 cabeças. Ao mesmo tempo, cresceu bastante o número de estabelecimentos rurais. Enquanto que em 1920 eram 31, em 1940 já eram 550 os estabelecimentos rurais no município. Aqui vale a pena detalhar um pouco os dados. Em 1940, os estabelecimentos rurais distribuía-se da seguinte forma: quatro estabelecimentos dedicavam-se à exploração agrícola em pequena escala; 157 dedicavam-se à agricultura e à pecuária em pequena escala; mas eram 387 os estabelecimentos que se aplicavam na pecuária, dos quais 353 em pequena escala e 34 em grande escala (IANNI, 1978: 80).

Na medida em que cresciam as áreas dedicadas para as atividades agrícolas e pastoris, permanecia na cultura sertaneja desta região, o desprendimento pela legalização da posse da terra, independentemente do tamanho e produtividade dos estabelecimentos rurais.

A totalidade desses sitiantes e fazendeiros era composta de posseiros; pessoas e famílias que trabalhavam na terra sem qualquer título de posse legal. Tanto assim que, ainda em 1960, entre os 982 estabelecimentos rurais registrados pelo recenseamento, 968 estabelecimentos estavam sob a responsabilidade de ocupantes, isto é, posseiros. É verdade que o tamanho médio dos sítios e fazendas era razoável: cerca de 98 hectares cada um. Mas esses estabelecimentos eram explorados extensivamente e de forma descontínua. Ainda em 1960, a população rural era esparsa e rarefeita. Da mesma forma eram os roçados e as criações em sítios e fazendas (IANNI, 1978: 75).

O crescente número de estabelecimentos rurais apresentados por Ianni (1978), de 982 em 1960, contra os 31 estabelecimentos também apontados por ele em 1920, é um número considerável, se for levado em conta as poucas variações econômicas nessas duas décadas. Contudo, uma das justificativas mais plausíveis para esse aumento exponencial refere-se à capacidade sustentável que o próprio sistema pastoril possuía, desde as suas origens.

Gradativamente, as terras ocupadas pelos indígenas foram convertidas em pastagens. Já as áreas destinadas à agricultura indígena, próximo a mata ciliar, foram bruscamente ampliadas, a fim de alimentar o novo grupo pastoril. Tal aproximação não deixou que alguns indígenas escapassem de aliciamentos para o trabalho pastoril, entretanto foram atraídos para se dedicarem às obras dos missionários dominicanos (MOREIRA NETO, 1960).

Um dos motivos para a fixação com êxito da onda pastoril foi a aproximação de certa forma “pacífica”, pois algumas tribos já haviam estabelecido contatos com o “homem branco”, principalmente com viajantes exploradores do rio Araguaia, inclusive muitos índios dessa região já haviam sido o foco de ações políticas da Colônia, em processos de pacificação, principalmente quando houve o interesse de aproximar economicamente as capitânicas de Goiás e de Belém, através da retomada da navegação nos rios Araguaia e Tocantins (DOLES, 1973 *apud* GIRALDIM, 2002).

O deslocamento daquelas famílias era o resultado de um Brasil em constante transformação. Essas pessoas, de forma direta ou não, absorveram parte das tradições dos lugares por onde passaram e ampliaram seus conhecimentos por meio de diversas experiências. Em suas longas trajetórias foram as necessidades básicas de sobrevivência e as possibilidades de obtenção de novas áreas que impulsionaram o alcance de novos espaços.

Os estabelecimentos rurais no sul do Pará, ao longo dos anos, começaram a apresentar características próprias, tamanhos diferenciados, além das técnicas de manejo e do perfil dos fazendeiros. A partir de 1930 - 1940, já atuavam de maneira sólida, a segunda geração de produtores, filhos dos primeiros ocupantes.

O hibridismo cultural era pulsante na consituição da nova população, porém não atrapalhou quanto a conservação do costumes mais característicos desta frente nordestina, a pecuária. E esforçavam-se para estabelecer relações comerciais com a região nordeste, em especial o estado do Maranhão e em menor escala com a própria região Norte.

Bem diferente é o sertanejo que aqui nos ocupa. Este se apresenta como curioso aglomerado étnico, resultante da fusão de tipos múltiplos, que conserva e transmite fisionomias diversas e gênios quase opostos. É um conjunto de elementos em que o goiano, o baiano, o piauiense, o cearense, o maranhense e o paraense se mesclam com descendentes de negros das mineirações e principalmente de índios (AUDRIN, 1963:105).

Esta complexidade da população sertaneja local proporcionava o contato e o fluxo intenso de pessoas de várias regiões, desenvolvia uma agricultura modesta, porém contínua, a ponto de abastecer toda a cidade. Já a pecuária bovina manteve um crescimento gradativo.

As fazendas variam em área de cinco mil a doze mil hectares. Uma das fazendas visitadas no decorrer da pesquisa, considerada pelo consenso local como a melhor organizada dos campos do Pau d’Arco, tem cerca de oito mil hectares e umas oitocentas cabeças de gado. Esse número é considerado excepcional em termos de

concentração de bovinos por área e explicado em parte pelo melhor tratamento dado ao gado, pelo fato muito raro de serem as pastagens quase totalmente cercadas a arame (...) (MOREIRA NETO, 1960:34).

Pode-se dizer que essa fazenda foi um modelo de grande eficiência na atividade pecuária, não só por sua capacidade de suporte quanto à quantidade de animais como pelo avanço quanto às técnicas de produção. Foi durante o processo de transição do modelo de ocupação das terras no sul do Pará que se utilizou, de maneira tímida, a cerca como um delimitador do espaço do estabelecimento, mas também com o objetivo de ser uma barreira hábil para o controle da criação.

Isso mostra o nível de troca de informações, conhecimento e interação de alguns produtores. Foram as trocas comerciais que há muito tempo já existiam entre o Pará, norte de Goiás e algumas regiões do Maranhão e Mato Grosso que induziam produtores a buscarem alternativas com outras comunidades.

Várias eram as inovações que chegavam a Conceição do Araguaia a partir da década de 1950, junto com a frente pioneira capitalizada, como: veículos automotivos e matrizes puras de bovinos de raça Nelore em quantidade. Mas nem tudo era novidade, como por exemplo, as facilidades do transporte aéreo, que já era algo cotidiano no local.

Deste modo, ao estudar a trajetória das diferentes frentes que chegaram nessa região, é possível observar o interesse de algumas narrativas, onde há um grande destaque para o novo, o moderno e o tecnológico, como se a população local fosse totalmente desconexa de informações. “Quem conhece a fronteira sabe perfeitamente que nela, de fato, essas “faixas” se mesclam, se interpenetram, pondo em contato conflitivo populações cujos antagonismos incluem o desencontro dos tempos históricos em que vivem” (MARTINS, 1996, p. 40).

O distanciamento geográfico, as dificuldades de logística e a simplicidade da atividade que os sertanejos exerciam não os impediram de buscar algumas informações para a mudança no manejo da pecuária. Contudo, nada foi tão intenso ou diferenciado como as ações das novas fazendas que se formaram na região. Mas para eles, as poucas mudanças realizadas ainda nos anos iniciais da década de 1950, já eram grandes avanços, pois inclusive foram capazes de gerar atritos entre as diferentes gerações dos pecuaristas de origem sertaneja.

A sobreposição da frente pioneira e da frente de expansão produz uma situação de contemporaneidade dessas relações de tempos distintos. E nela a mediação

das relações mais desenvolvidas faz com que a diferença apareça, na verdade, como atraso. (MARTINS, 1996: 45)

Como tentativa de implementação de novas técnicas, Moreira Neto (1960) destaca o desenvolvimento de pequenas áreas de pastagens artificiais, sendo utilizado um “novo” capim, denominado pelos sertanejos de capim Jaraguá. Outra tentativa de mudança na produção pecuária foi por meio da aquisição de animais “enraçados⁵”, em especial pela espécie Zebu. Tais tentativas de mudanças causavam grande repulsa para os fazendeiros mais antigos, pois a necessidade de contrair débitos para tais alterações caracterizava uma situação desonrosa para os tradicionalistas.

Essa mesma resistência, segundo Ianni (1978) e Moreira Neto (1960), quanto aos processos de mudanças, ocorria para as especulações da movimentação de algumas companhias interessadas em obterem terras de forma oficial na região, eram distintas duas opiniões.

O grupo mais jovem visualizava como positivo as mudanças nos sistemas de apropriação do solo, queriam repetir um padrão que já existia em regiões vizinhas, por outro lado o grande grupo de vanguarda sentia-se ameaçado, justamente porque tal mudança colocaria em risco a continuidade da pecuária naquele padrão de ocupação dos pastos naturais.

Dessa forma, pouquíssimos integrantes da frente pastoril preocupavam-se em buscar informações e meios para investir no processo de legalização de suas posses, junto ao governo do Estado. Um grande número de fazendeiros era totalmente desfavorável a qualquer tipo de oficialização e documentação de seus estabelecimentos, por dois fatores distintos: um econômico, devido à dificuldade financeira de alguns; outro cultural, devido à total aversão quanto às questões governamentais e jurídicas, tal como seus antepassados repugnavam.

Determinados produtores esforçavam-se para buscar outras possibilidades, outros meios de crescimento para a atividade econômica; nessas circunstâncias, alguns refletiam sobre a chegada das companhias imobiliárias como uma perspectiva de progresso, inclusive para a pecuária; contudo não esperavam que qualquer projeto ou política pública fosse capaz de atingi-los de maneira tão árdua (MOREIRA NETO, 1960).

A perspectiva de mudança relacionava-se também às expectativas geradas com a maior movimentação da política nacional, no contexto de processo de interiorização do Brasil,

⁵ Enraçados: termo utilizado para distinguir os animais com raças superiores, principalmente peso e tamanho, frente aos bovinos que já existiam na região.

principalmente entre meados da década de 1940 até meados da década de 1950, destacando-se ações distintas como a Expedição Roncador-Xingu, a Fundação Brasil Central e o projeto até a conclusão da rodovia Belém-Brasília.

A Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central atingiram grande parte do território goiano à época, provocavam também intenso fluxo de informações entre o norte de Goiás e o sul do Pará. Mesmo com a barreira do rio Araguaia, essas duas regiões já haviam se integrado por questões religiosas, já que a base de apoio dos dominicanos era a sede religiosa, em Porto Nacional, também por questões sociais, devido os laços de parentesco da frente de expansão originária do norte de Goiás. Porém se conectavam principalmente por questões econômicas, em decorrência dos arranjos da pecuária no norte goiano.

O contexto pastoril de Conceição do Araguaia foi sofrendo intensas modificações, pois ainda nos finais da década de 1950, a segunda frente pioneira, a qual oficialmente adquiriu muitas áreas naquela região, também transferiu para esta nova área suas tradições no manejo da pecuária, a exemplo das intensas implementações de pastagens artificiais. Ocorreram mudanças nos formatos de estabelecimentos rurais e na forma de uso da terra, mas as relações conflitantes e muitas vezes violentas ainda estão presentes no cotidiano dos grupos que permanecem nesta área.

Referências bibliográficas:

- AMADO, J. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.
- AUDRIN, J. M. **Os sertanejos que eu conheci**. Ed. José Olympio. Rio de Janeiro, 1946.
- ARENDT, Hannah. **Sobre Violência**. Rio de Janeiro: Dumará, 2001.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CORMINEIRO, Olivia M.M. Percepções do tempo e do trabalho: As disputas dos sertanejos pobres no extremo norte de Goiás em torno dos seus modos de viver -1860 a 1920. **Periódicos UFSC**. v. 1, n. 2, 2009
- IANNI, O. **A luta pela Terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.
- GIRALDIN, Odair. Catequese e a civilização: os capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaia e Tocantins. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, sér. Ant. 18(2), 2002.



MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social. **Revista Sociologia USP**. São Paulo, v. 8, n. 1, maio 1996.

MOREIRA NETO, C. A. A cultura pastoril do Pau D'Arco. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Antropologia. Belém, n.10, mar. 1960.

RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SANTOS, Edivaldo Antonio dos. **Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930)**. Dissertação em História das Sociedades Agrárias. UFG, 1996.

SILVA, H. R. **Nos Sertões do Araguaia**. 2 ed. São Paulo: Fagundes, 1936.